



## Editorial – Edição 27 – Outubro de 2017

Grande parte dos artigos publicados neste periódico se originam de trabalhos científicos desenvolvidos na academia e também em parcerias envolvendo empresas concessionárias de energia, indústrias, instituições de pesquisa e universidades, apoiados ou não por programas de fomento, tais como o “Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica”, mais conhecido como “Programa de P&D” da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Algumas iniciativas têm sido vistas recentemente com o objetivo de tornar os resultados do programa de P&D mais evidentes. Diversos agentes do setor elétrico brasileiro não têm percebido a abrangência dos resultados obtidos no programa. As próprias regulamentações do programa têm sido sistematicamente aperfeiçoadas, incorporando ações que procuram incentivar a efetiva concretização dos resultados dos projetos em produtos que sejam úteis, visíveis e rentáveis às empresas que os desenvolvem e também ao setor elétrico.

O conceito subjacente ao termo P&D é o de que a natureza das atividades nele inseridas diferem grandemente da grande maioria de procedimentos empresariais, uma vez que, além de buscar resultados voltados ao futuro, partem do pressuposto de que estão lidando com o desconhecido. De fato, atividades científicas lidam com o desconhecido, na tentativa de obter conhecimento que traga benefícios para a humanidade. Além disso, atividades de P&D estão intimamente relacionadas a ciência e tecnologia e a pesquisa aplicada, as quais venham a facilitar o desenvolvimento de novos produtos.

Um dos enganos comumente observáveis em discussões sobre o tema é o de que P&D implica uma fase de atividades relacionadas à pesquisa e posteriormente uma fase de atividades de desenvolvimento, no sentido de criar um produto final. Em outras palavras, P&D é comumente visto como a simples soma de duas atividades distintas. Na realidade, P&D é o nome dado a uma classe de atividades, a saber, aquelas de natureza inovadora que têm como objetivo desenvolver novos produtos e serviços, ou melhorar produtos e serviços existentes, com base em fundamentação científica. Além disso, de acordo com a conceituação mais aceita, atividades de P&D têm como objetivo principal a inovação. Dessa forma, torna-se desnecessário vincular o termo “inovação” ao acrônimo P&D, não obstante o apelo que esse termo tem tido, em tempos recentes, no âmbito empresarial. Esse apelo estimula as empresas a buscarem um tipo de resultado que exige seu engajamento em conceitos e práticas que pouco conhecem. Portanto, atrelar o termo “inovação” ao acrônimo P&D parece ser mais uma tentativa do mundo empresarial de tornar mais palpáveis as atividades com as quais têm dificuldade em lidar, focando em um tipo de resultado cujo caminho, em grande parte, desconhece. Torna-se desnecessário afirmar que o resultado dessa tentativa é inócuo e frustrante.

Pode-se verificar também, no contexto do setor elétrico, tanto no âmbito científico quanto no de negócios, uma vertente de pensamento para “simplificar” a regulação das atividades do programa incentivado de P&D, sob a alegação de que poucos de seus projetos atingem os resultados inovadores que esperam. No entanto, deve-se atentar para outros aspectos do processo de inovação, tais como a assimilação de seus resultados, que muitas vezes se limitam à sua aplicação primária, sem que a empresa sequer se dê conta de que gerou um produto inovador e de que ele está em uso, trazendo benefícios que institucionalmente desconhece. Não se pode substituir a essência das atividades ou, em outras palavras, tentar conseguir o milagre de simplificar a geração de conhecimento, por um processo que procura abreviar o caminho para se chegar à inovação, por mais prático que possa parecer. Resultados diretos de P&D levam tempo para aparecer, mas seus resultados do tipo “*spillover*”, aqueles que impactam outros processos de forma indireta e se somam a seus resultados diretos, proporcionam muitos benefícios que quase nunca são contabilizados.

Faz-se necessário, portanto, diferenciar a inovação em termos gerais daquela inovação oriunda de P&D. A forma geral de inovação reflete a postura da empresa frente a oportunidades que se lhe apresentam em contextos que não contemplam o desconhecido, e que não necessitem gerar conhecimento para produzir um bom resultado. Ela é oriunda da criatividade e da visão inovadora. A inovação oriunda de P&D lida com o desconhecido, é fruto de esforços elaborados, baseia-se na geração de conhecimento, faz uso da criatividade tanto nas atividades de caráter científico quanto naquelas relacionadas à aplicação do conhecimento, é desenvolvida em um contexto de incertezas, e pode gerar diferenciação sustentável em longo prazo.



A melhor maneira de produzir inovação sustentável é mergulhar nas atividades que a sustentam. Não existe atalho que abrevie o tempo necessário, nem muito menos que economize o esforço que lhe é natural. Ao assimilar os conceitos subjacentes à inovação, dentre elas P&D, que lhe dá a mais robusta fundamentação, as empresas podem prescindir de jogar com palavras de apelo mercadológico e efetivamente produzir a diferenciação que lhes dará a sustentabilidade almejada.

Esta edição da Espaço Energia traz apenas dois artigos. Os critérios de avaliação adotados pelo corpo editorial são rigorosos, e eles acabam por impedir a publicação de trabalhos que não relatem inovação científica e não apresentem qualidade compatível ao padrão do periódico. Por outro lado, a qualidade dos trabalhos à qual este periódico toma como parâmetro é garantida pela competência dos autores e dos avaliadores especialistas nas diversas áreas do conhecimento que se relacionam ao tema energia. Sem a participação dessas ilustres pessoas, autores e avaliadores, este periódico jamais seria possível.

O primeiro artigo trata de um estudo sobre o emprego de lã de rocha como material de isolamento térmico no *retrofit* de edifícios na zona de clima temperado do Brasil, abordando sua viabilidade em termos de investimento e sua eficácia em termos energéticos. Este é um assunto importante nas regiões mais ao sul do país, devido a seu clima, com invernos curtos, porém rigorosos. O segundo artigo apresenta um estudo sobre impactos do cisalhamento do vento e da intensidade de turbulência no desempenho de turbinas eólicas, discutindo as implicações dessas questões na geração de energia em diferentes cenários de velocidade do vento.

Desejamos a todos uma boa leitura, e que esta edição possa trazer contribuições valiosas às questões energéticas do país e às atividades de todos os que com elas se envolvem.

Klaus de Geus  
Editor-chefe